



FACULDADE MAUÁ DE GOIÁS
Instituto de Ensino e Pesquisa do Planalto Central
Licenciatura em Pedagogia

LUCAS EMANUEL DUTRA DE MORAIS

**Práticas Pedagógicas Adequadas Para Alunos Autistas Não Verbais dos
Anos Iniciais da Educação Básica**

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
2025.2



FACULDADE MAUÁ DE GOIÁS
Instituto de Ensino e Pesquisa do Planalto Central
Licenciatura em Pedagogia

LUCAS EMANUEL DUTRA DE MORAIS

**Práticas Pedagógicas Adequadas Para Alunos Autistas Não Verbais dos
Anos Iniciais da Educação Básica**

Artigo científico entregue à Faculdade Mauá de Goiás, como requisito parcial obrigatório para obtenção do certificado de conclusão de graduação em Pedagogia.

Orientador: **Francisco Cardoso Mendonça**

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
2025.2

Práticas Pedagógicas Adequadas Para Alunos Autistas Não Verbais dos Anos Iniciais da Educação Básica

Lucas Emanuel Dutra de Moraes ¹
Francisco Cardoso Mendonça ²

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar e discutir práticas pedagógicas adequadas para alunos autistas não verbais dos anos iniciais da Educação Básica, considerando suas particularidades comunicativas, cognitivas e socioemocionais. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental, utilizando artigos científicos, livros, dissertações e documentos oficiais publicados nos últimos 25 anos, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. A partir da análise dos estudos selecionados, evidenciou-se que a ausência da fala não implica ausência de comunicação, mas demanda o uso de recursos alternativos e ampliados de comunicação, como Tecnologia Assistiva, comunicação alternativa e adaptações curriculares. Os resultados mostram que práticas pedagógicas visuais, estruturadas e sensoriais favorecem a participação ativa e a aprendizagem significativa desses alunos, especialmente quando combinadas com estratégias de mediação docente e ambientes inclusivos. Conclui-se que a formação continuada dos professores, o acesso a recursos acessíveis e a compreensão das formas singulares de interação do aluno autista não verbal são elementos essenciais para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. O estudo reforça a necessidade de ampliar pesquisas e investimentos que assegurem práticas capazes de atender às especificidades desse público.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Adequação Curricular. Autismo não verbal. Aprendizagem significativa. Tecnologia assistiva.

Abstract

This study aims to analyze and discuss appropriate pedagogical practices for non-verbal autistic students in the early years of basic education, considering their communicative, cognitive, and socio-emotional particularities. The qualitative research is based on a literature review and documentary research, using scientific articles, books, dissertations, and official documents published in the last 25 years, in Portuguese, English, and Spanish. The analysis of the selected studies revealed that the absence of speech does not imply an absence of communication, but rather demands the use of alternative and augmented communication resources, such as assistive technology, augmentative and alternative communication, and curricular adaptations. The results show that visual, structured, and sensory pedagogical practices favor the active participation and meaningful learning of these students,

¹ Lucas Emanuel Dutra de Moraes, Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade Mauá - GO.

² Francisco Cardoso Mendonça, Orientador Mestre. Docente do curso de Pedagogia, da Faculdade Mauá - GO.

especially when combined with teacher mediation strategies and inclusive environments. It is concluded that continuing teacher training, access to accessible resources, and an understanding of the unique forms of interaction of non-verbal autistic students are essential elements for promoting truly inclusive education. The study reinforces the need to expand research and investments that ensure practices capable of meeting the specific needs of this population.

Keywords: Inclusive Education. Curriculum Adaptation. Nonverbal Autism. Meaningful Learning. Assistive Technology.

1. Introdução

O cotidiano de um professor envolve planejamento, estudo, análise de conteúdos e a elaboração de estratégias que promovam uma aprendizagem significativa e eficaz para os alunos. No contexto educacional, essas ações são conhecidas como práticas pedagógicas. Elas consistem em intervenções intencionais e planejadas pelo professor com o objetivo de favorecer o ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Mais do que a simples transmissão de conteúdos, as práticas pedagógicas englobam a criação de experiências e ambientes de aprendizagem que estimulem a participação ativa, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos. Assim, desempenham um papel fundamental na garantia da qualidade da educação desde os anos iniciais, assegurando o alcance dos objetivos propostos em cada etapa escolar.

As práticas pedagógicas se desenvolvem por meio de movimentos que, ao mesmo tempo em que preservam elementos tradicionais, incorporam as mudanças necessárias ao contexto educacional. Quando as políticas públicas tratam a prática pedagógica apenas como a repetição de métodos e ações impostos externamente, desconectados da realidade de professores e alunos, ela perde seu verdadeiro sentido. Essa visão, muitas vezes, parte de quem não vivencia o cotidiano da sala de aula.

Diante disso, surge uma reflexão comum: por que é tão difícil transformar a prática pedagógica? A mudança verdadeira acontece quando os sujeitos envolvidos, como os professores e estudantes, compreendem a importância da reflexão sobre

suas próprias ações e reconhecem a necessidade de adaptação ou renovação de suas práticas.

Um dos principais desafios enfrentados na adaptação de conteúdos para alunos com autismo, sejam eles verbais ou não verbais, é a falta de formação adequada dos profissionais da educação. Muitos docentes não receberam, durante sua formação inicial, orientações específicas sobre educação especial e sobre a importância de práticas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, observa-se a escassez de materiais adaptados, como livros em braille, jogos pedagógicos acessíveis, textos simplificados nos livros didáticos e avaliações ajustadas para estudantes que apresentam resistência à leitura e à escrita, realidade comum entre os alunos que pertencem ao espectro autista.

Outro fator preocupante é o déficit de profissionais de apoio, como os monitores, educadores sociais, psicopedagogos e professores de apoio. Esses profissionais desempenham um papel essencial no acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais específicas, pois são capazes de identificar demandas e situações que, muitas vezes, passam despercebidas pelo professor regente.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar e analisar como as práticas de ensino nos anos iniciais podem ser adaptadas e aprimoradas para garantir a participação e o aprendizado significativo de todos os alunos, principalmente dos alunos que possuem TEA. Para alcançar esse propósito, definiram-se os seguintes objetivos específicos: Compreender as necessidades educacionais de alunos autistas não verbais nos anos iniciais; Identificar práticas pedagógicas e recursos que favorecem sua aprendizagem e participação escolar; Analisar a efetividade dessas práticas no contexto da educação inclusiva.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por compreender que o fenômeno investigado — as práticas pedagógicas adequadas para alunos autistas não verbais nos anos iniciais da Educação Básica — envolve dimensões subjetivas, sociais, emocionais e pedagógicas que não podem ser quantificadas, mas interpretadas e analisadas a partir de múltiplos referenciais.

Essa abordagem possibilita analisar as experiências e percepções dos docentes frente ao desafio de promover a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas que

discutem educação inclusiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA), comunicação alternativa e práticas pedagógicas voltadas a estudantes não verbais. A escolha por essa modalidade se justifica pela necessidade de compreender o estado atual do conhecimento sobre o tema, identificar estratégias reconhecidas na literatura e fundamentar teoricamente propostas pedagógicas adequadas. O período dos artigos pesquisados serão os trabalhos publicados nos últimos 25 anos, escritos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. As palavras-chave utilizadas na busca são: inclusão escolar, práticas pedagógicas, acessibilidade e adequação curricular.

2. O que é o Transtorno do Espectro Autista?

O termo autismo deriva do grego *autos*, que significa “a si mesmo”. Sua primeira utilização ocorreu com o psiquiatra suíço Eugen Bleuler (1857–1939), que empregou o conceito para caracterizar comportamentos de retraimento excessivo e afastamento da realidade observados em alguns de seus pacientes com esquizofrenia. Para Bleuler, o “autista” era aquele que se voltava intensamente para o próprio mundo interior, distanciando-se das interações externas — aspecto que, à época, foi considerado uma das manifestações mais marcantes desses indivíduos. Com o passar do tempo, essa noção foi ressignificada, tornando-se parte da compreensão atual sobre o autismo. (PICCOLO, 2024).

Atualmente, o termo mais adequado é Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que engloba diferentes graus e formas de manifestação dos sintomas entre as pessoas. Os critérios diagnósticos mais recentes estão descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição (DSM-5), elaborado pela *American Psychiatric Association* (APA). Esse manual reúne os critérios oficiais utilizados por profissionais como psicólogos, psiquiatras e neurologistas para identificar e classificar transtornos mentais. No caso do TEA, o DSM-5 organiza os critérios em duas grandes áreas: dificuldades na comunicação e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamentos, atividades ou interesses.

Segundo o DSM-5, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades. Esses déficits podem envolver dificuldades na reciprocidade socioemocional, na utilização de

comportamentos comunicativos não verbais e no estabelecimento e manutenção de relações adequadas ao nível de desenvolvimento. O manual também destaca que os sintomas podem estar presentes desde o início da infância, causando prejuízos significativos no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional, além de reconhecer que a intensidade das manifestações varia entre os indivíduos, sendo classificada por níveis de suporte necessários.

O Transtorno do Espectro Autista pode se manifestar de diferentes formas, incluindo perfis verbais e não verbais. De modo geral, indivíduos autistas verbais apresentam fala funcional, embora possam demonstrar dificuldades na comunicação social, como manter diálogos, compreender ironias, metáforas e normas sociais implícitas, além de apresentarem possíveis padrões de fala atípicos, como ecolalia (repetição automática e involuntária de palavras ou frases ouvidas de outras pessoas) ou entonação particular. Já os autistas não verbais caracterizam-se pela ausência parcial ou total da linguagem oral funcional, utilizando predominantemente gestos, expressões faciais, apontar ou recursos para expressar necessidades e sentimentos. Nesse perfil, as dificuldades de interação tendem a ser mais acentuadas, sobretudo pela limitação na comunicação, sendo comum a presença de comportamentos repetitivos, interesses restritos e desafios sensoriais. Ambos os perfis, porém, compartilham características centrais do espectro e podem desenvolver habilidades significativas quando recebem apoio adequado e práticas pedagógicas que respeitem suas necessidades individuais. No que se refere à definição de autismo, Gaiato e Teixeira (2018, p.13) ressaltam que,

Podemos definir autismo ou transtorno do espectro autista como uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação, por exemplo, na aquisição de linguagem verbal e não verbal; alterações na cognição e na presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados. É importante entender que existe um atraso significativo nos marcos de desenvolvimento dessas habilidades, e essas características aparecem nos primeiros anos de vida da criança.

A principal divisão que conhecemos hoje, estabelecida pelo manual do DSM-5, é a que classifica cada autista dentro de um determinado nível de suporte. Os três níveis de suporte classificam as pessoas com TEA de acordo com a possibilidade de autonomia.

No nível 1 de suporte, geralmente, são pessoas que lidam com dificuldades para manter e seguir normas sociais, apresentam comportamentos inflexíveis e dificuldade de interação social desde a infância. No nível 2 de suporte, em geral, apresentam comportamento social atípico, rigidez cognitiva, dificuldades de lidar com mudanças e hiperfoco (interesse intenso por determinados objetos, pessoas ou temas). Nesse nível do espectro, o autista demonstra déficits marcantes na conversação, com respostas reduzidas ou consideradas atípicas. As dificuldades de linguagem são aparentes mesmo quando a pessoa tem algum suporte, e a sua iniciativa para interagir com os outros é limitada. No nível 3 de suporte os indivíduos têm dificuldades graves no seu cotidiano e déficit severo de comunicação, com uma resposta mínima a interações com outras pessoas e a iniciativa própria de conversar muito limitada. Também podem adotar comportamentos repetitivos, como bater o corpo contra uma superfície ou girar, e apresentarem grande estresse ao serem solicitados a mudarem de tarefa.

Autistas nível 2 e 3 de suporte também apresentam uma incidência maior de comorbidades, como depressão, TDAH, TOC, ansiedade, epilepsia, distúrbios do sono, dificuldades de fala, distúrbios gastrointestinais, deficiência intelectual e dificuldades de coordenação motora.

2.1 Autismo Não Verbal

O autismo não verbal é uma realidade que muitos pais e educadores vivenciam, embora ainda seja cercado por alguns mitos e mal-entendidos. Uma ideia equivocada bastante comum é a crença de que, por não utilizarem a fala, essas crianças não têm capacidade de aprender ou, pior ainda, de se comunicar. Entretanto, essa visão está longe de ser verdade.

O termo autismo não verbal refere-se a crianças, jovens ou adultos no espectro que não utilizam a fala como principal meio de comunicação. Isso pode ocorrer por vários fatores, como dificuldades motoras na articulação da fala, desafios no processamento auditivo, apraxia de fala, ou características específicas do desenvolvimento neurológico. Assim, a ausência de fala não deve ser confundida com ausência de compreensão, intenção comunicativa ou potencial de aprendizagem.

Pessoas autistas não verbais podem não utilizar a fala diretamente para se comunicar, mas comunicam-se de diferentes maneiras, utilizando gestos, expressões faciais, apontamentos, comportamentos corporais e outras formas. O desafio, portanto, não está na ausência de comunicação, mas na necessidade de reconhecer, valorizar e interpretar essas diferentes formas de expressão. Por isso, jamais devemos subestimar os estudantes que possuem autismo em sala de aula; ao contrário, é fundamental compreender que eles possuem potencial de aprendizagem e participação, desde que suas formas de comunicação sejam respeitadas e estimuladas.

Os desafios presentes no ambiente escolar são variados e ainda distantes de uma solução completa. Grande parte dos alunos autistas não verbais dos anos iniciais demonstram resistência às práticas de leitura e escrita. Quando precisam escrever por longos períodos, muitos apresentam cansaço, irritabilidade e dificuldade para concluir as atividades propostas. Essa realidade, por vezes, gera frustração em profissionais da educação que ainda desconhecem as causas dessas limitações e não tiveram acesso a uma formação adequada para atender alunos que pertencem ao espectro. Soma-se a isso o fato de que as condições de trabalho e os recursos disponíveis na rede pública diferem significativamente daqueles oferecidos pela rede privada, o que também exerce influência direta sobre o processo de aprendizagem.

Ao discutir as necessidades educacionais de alunos autistas verbais e não verbais, é essencial compreender os aspectos cognitivos envolvidos, como explicam Gaiato e Teixeira (2018, p.14):

Outra característica comum encontrada em crianças no espectro autista são os prejuízos de cognição. Estima-se que cerca de 50% das crianças no espectro autista apresentam prejuízos na capacidade intelectual. Essas crianças têm um prognóstico pior quando comparadas a crianças no espectro com inteligência normal, pois resistem ou têm mais dificuldade para aprender novas habilidades, novas atividades ou comando. Esses comprometimentos constituem um dos desafios enfrentados por muitas crianças autistas no contexto escolar, influenciando diretamente seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.

Esse trecho evidencia que as limitações cognitivas presentes em parte das crianças com TEA influenciam diretamente o ritmo e o modo como elas aprendem. Por esse motivo, compreender essas especificidades é fundamental para que o professor planeje intervenções pedagógicas que respeitem o tempo do aluno,

valorize as pequenas conquistas e utilize estratégias concretas, visuais e repetitivas, favorecendo a construção gradual de novas habilidades.

2.2 Direito à Educação Inclusiva

O direito à educação inclusiva constitui um princípio fundamental assegurado pelas legislações brasileiras e por documentos internacionais que reconhecem a educação como um direito humano universal. No contexto escolar, esse direito implica garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais, tenham acesso a oportunidades equitativas de aprendizagem, participação e desenvolvimento.

A educação inclusiva, para Mendes (2006), envolve certa adaptação das instituições de ensino às demandas apresentadas pelos alunos com deficiências, e a mesma tem papel determinante na vida destes sujeitos. Contudo, a inclusão escolar foi e tem sido um enorme desafio para o nosso sistema educacional, sobretudo no que diz respeito à universalização da educação básica e ao desenvolvimento de uma educação unificada. (Saviani, 2011). Ela representa um caminho que está sendo construído, em vias de consolidar uma sociedade mais justa, solidária e apta a garantir os direitos das pessoas que nela vivem.

A Educação Inclusiva busca promover a igualdade no ensino, que em uma sala de aula todos os alunos possam se destacar e aprender com eficácia independente dos obstáculos que possam enfrentar, buscando valorizar as diferenças humanas de cada aluno, fortalecendo assim, a inclusão e o respeito à diversidade.

Para os alunos autistas não verbais, esse princípio ganha ainda mais relevância, pois exige da escola a adoção de práticas pedagógicas, recursos e adaptações que respeitem suas especificidades e promovam sua plena inclusão. Assim, compreender o marco legal e as políticas públicas que orientam a educação inclusiva é essencial para fundamentar ações pedagógicas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

A adequação curricular para alunos autistas no ensino público acontece através da elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI), focado em adaptar os conteúdos e estratégias para atender às necessidades específicas de cada aluno. Isso envolve criar um currículo funcional, que conecte o aprendizado ao cotidiano e priorize habilidades para a vida diária. O processo requer a colaboração

da equipe escolar (professores, coordenação) com a família e, sempre que possível, com profissionais da saúde que acompanham aquele aluno. O objetivo do PEI não é "rebaixar" o conteúdo, mas garantir que o aluno tenha o suporte necessário para compreender os mesmos temas que os colegas de sua série, mas no seu próprio ritmo.

Esses estudantes também têm direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço complementar ou suplementar ao ensino regular que tem como finalidade eliminar barreiras e garantir a plena participação e aprendizagem de alunos com deficiência. O AEE é planejado por profissionais especializados, a partir de um Plano de AEE, e deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola, às famílias e à equipe pedagógica. Geralmente ofertado no contraturno, esse atendimento não substitui a escolarização regular, mas funciona como um suporte fundamental para o desenvolvimento dos alunos e para o acompanhamento mais próximo das famílias.

Nos últimos anos, as escolas da rede pública têm ampliado seus esforços para promover a inclusão escolar por meio da contratação de educadores sociais e monitores responsáveis por apoiar alunos com deficiência, incluindo aqueles com autismo. Esses profissionais atuam como mediadores do processo educativo, contribuindo para a organização da rotina e dando suporte às atividades pedagógicas.

Entretanto, mesmo com essa iniciativa, persistem desafios significativos. Um dos principais entraves diz respeito ao atraso recorrente no pagamento desses trabalhadores, situação que gera desmotivação, abandono da função e consequente descontinuidade no atendimento. Tal instabilidade afeta diretamente o cotidiano escolar, pois a ausência de um apoio consistente compromete o desenvolvimento das práticas pedagógicas adequadas e gera nos familiares sentimentos de insegurança e preocupação quanto ao acompanhamento necessário às necessidades específicas de seus filhos.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), sancionada em dezembro de 1996, a qual dedica um capítulo específico à Educação Especial. Essa legislação reforça a obrigatoriedade de oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente no sistema regular de ensino, bem como a necessidade de serviços de apoio que favoreçam a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Além disso, a LDB trata da formação docente e da adaptação de currículos, métodos, técnicas e recursos pedagógicos, de modo a atender às especificidades dos alunos com autismo.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) n.º 13.146/2015 e sancionado em 6 de julho de 2015, representa um marco fundamental na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Inspirada na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a LBI reafirma uma concepção contemporânea de deficiência, compreendendo que ela não se limita às condições físicas, sensoriais ou intelectuais do indivíduo, mas também às barreiras atitudinais, comunicacionais e estruturais impostas pela sociedade.

Ao estabelecer princípios de igualdade, dignidade e participação plena, a legislação tem como propósito assegurar condições efetivas de inclusão social e cidadania. Abrangendo diversas áreas, como educação inclusiva, saúde, trabalho, justiça, cultura, lazer e esportes, a LBI orienta políticas e práticas que visam garantir o acesso, a permanência e a participação das pessoas com deficiência em todos os espaços sociais – incluindo, de forma central, o ambiente escolar.

3. Práticas Pedagógicas Adequadas para Alunos Autistas Não Verbais

As práticas pedagógicas direcionadas a alunos autistas não verbais nos anos iniciais da Educação Básica devem considerar, prioritariamente, suas formas próprias de perceber, comunicar e interagir com o mundo. A ausência da fala não significa ausência de intenção comunicativa, mas evidencia a necessidade de oferecer meios alternativos para que a criança possa expressar-se, compreender instruções e participar das atividades escolares, aprendendo de maneira eficaz e significativa.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico deve ser planejado de maneira intencional, estruturada e sensível às características individuais de cada estudante, utilizando recursos visuais, rotinas claras, estratégias de comunicação alternativa e adaptações curriculares que favoreçam a autonomia, a interação social e o desenvolvimento cognitivo do estudante.

Assim, práticas adequadas tornam-se fundamentais para promover a inclusão efetiva e garantir que esses alunos tenham acesso a experiências educativas significativas e compatíveis com seu potencial.

Um dos recursos mais mencionados no contexto das adequações curriculares é a tecnologia assistiva. Esse conceito refere-se a um conjunto de recursos, dispositivos, serviços e estratégias que têm como finalidade ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo maior autonomia, independência, mobilidade, comunicação e participação social. Esses recursos podem incluir desde itens simples, como pranchas de comunicação e adaptadores de materiais escolares, até tecnologias mais complexas, como softwares de acessibilidade, dispositivos eletrônicos de comunicação alternativa ou equipamentos motorizados.

No contexto educacional, a tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental ao ampliar o acesso ao currículo e possibilitar que o aluno participe de forma ativa e significativa das atividades de aprendizagem.

Entre os recursos mais acessíveis estão as tecnologias assistivas que podem ser confeccionadas pelos próprios professores, utilizando materiais de baixo custo, de fácil obtenção e adaptados às necessidades dos estudantes. Esses dispositivos favorecem a autonomia, a comunicação e a participação dos alunos no processo educativo, contribuindo para uma prática pedagógica mais inclusiva e responsiva às diferentes formas de aprender.

Um tipo de adaptação que também pode ocorrer em sala de aula refere-se à forma como o professor coleta e registra as evidências de aprendizagem do aluno. A adaptação da forma de registro constitui uma estratégia pedagógica essencial para garantir a participação efetiva de estudantes com diferentes necessidades educacionais. Adaptar esse processo significa flexibilizar o modo como o aluno expressa seus conhecimentos, preservando os objetivos de aprendizagem, mas permitindo que utilize formatos mais acessíveis e funcionais às suas condições específicas.

Embora o registro escrito no caderno ou no livro seja amplamente utilizado no contexto escolar, ele não é a única forma legítima de produção acadêmica. Impor apenas uma forma de registro não é uma prática inclusiva, pois o modelo tradicional nem sempre contempla a diversidade de perfis existentes na sala de aula. No caso

de alunos autistas, muitos aspectos que parecem evidentes para estudantes sem deficiência ou transtornos de aprendizagem podem não fazer sentido.

Para alguns alunos autistas, por exemplo, a escrita extensa no caderno pode não fazer muito sentido. Por isso, é essencial oferecer alternativas de registro que atendam às suas necessidades e possibilitem uma participação mais efetiva no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a escola básica pode recorrer a múltiplas alternativas, como desenhos, pictogramas, recursos de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), gravações em áudio ou vídeo, ou mesmo o apoio de um mediador para transpor as ideias do aluno para o papel. Dessa forma, a adaptação do registro assegura que o estudante possa demonstrar suas aprendizagens por meio de formatos mais adequados às suas necessidades, promovendo inclusão, autonomia e equidade no ambiente escolar.

Outra adaptação relevante que o professor pode utilizar é o caderno interativo. Esse recurso, quando adaptado para estudantes autistas, combina elementos visuais, táteis e lúdicos que favorecem o processo de aprendizagem, ampliando as possibilidades para além da escrita tradicional. O caderno pode incluir páginas plastificadas para apagar e reescrever, bolsos organizadores para fichas, velcros para montagem de sequências, além de pautas ampliadas que facilitam o desenvolvimento da motricidade fina.

Com isso, o conteúdo torna-se mais acessível, dinâmico e motivador, contribuindo para que alunos com necessidades específicas participem de forma mais autônoma e promover o aprimoramento na realização das atividades escolares.

4. Resultados e Discussões

Esse estudo se caracteriza por analisar e compreender as abordagens pedagógicas de pesquisas qualitativas, analisando as interpretações de informações, aspectos subjetivos e contextos descritivos, demonstrando as perspectivas fundamentadas pelas contribuições de cada autor, relacionando-as às práticas pedagógicas adaptadas existentes.

Os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa foram definidos considerando o contexto escolar, com o propósito de descrever, analisar e classificar práticas pedagógicas adequadas aos alunos autistas nos anos iniciais. O estudo

busca investigar como as práticas de ensino podem ser adaptadas e aprimoradas para garantir a participação e a aprendizagem significativa de estudantes não verbais. Para isso, o processo de análise será conduzido por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, utilizando documentos oficiais e institucionais que contribuam para a compreensão das políticas e orientações voltadas à educação inclusiva.

A revisão bibliográfica foi construída a partir de buscas em bases de dados acadêmicas, com a análise de produções científicas que subsidiam a sistematização dos conceitos e fundamentam as discussões teóricas. Foram selecionados artigos científicos, livros e dissertações que abordam metodologias e práticas pertinentes ao tema, buscando apresentar pesquisas já consolidadas e evidências que dialoguem com a proposta deste estudo.

Os resultados da pesquisa evidenciam que as práticas pedagógicas estruturadas, visuais e individualizadas apresentam maior eficácia no atendimento a alunos autistas não verbais nos anos iniciais da Educação Básica. Observou-se que o uso de recursos de Tecnologia Assistiva, como pranchas de comunicação e sistemas de figuras, favorece significativamente a expressão de necessidades e a participação em atividades escolares. A importância de adaptar a forma de registro das aulas, entendendo que nem todos os estudantes vão conseguir se adaptar aos métodos que já foram utilizados no ensino tradicional.

As análises também indicam que ambientes organizados com rotinas visuais, instruções claras e materiais concretos reduzem a ansiedade, aumentam o engajamento e ampliam as oportunidades de aprendizagem.

Além disso, verificou-se que a formação docente e o trabalho colaborativo entre professores, equipe do AEE e família são fatores determinantes para a consolidação de práticas inclusivas eficazes. Esses achados reforçam que a aprendizagem do estudante autista não verbal depende não apenas de adaptações curriculares, mas de uma abordagem pedagógica sensível, planejada e alinhada às necessidades comunicativas e sensoriais de cada aluno.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como as práticas pedagógicas nos anos iniciais podem ser adaptadas para favorecer a participação

efetiva e o aprendizado significativo de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ao longo do estudo, buscou-se compreender de que maneira os professores podem reorganizar seus métodos, instrumentos e recursos, garantindo uma educação verdadeiramente inclusiva, alinhada aos princípios estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão e aos documentos oficiais que orientam a educação especial na perspectiva inclusiva.

Os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa documental evidenciam que a inclusão do aluno autista demanda muito mais do que sua presença física no ambiente escolar. Requer práticas pedagógicas intencionais, flexíveis e fundamentadas teoricamente, capazes de reconhecer as singularidades dos estudantes e de oferecer caminhos diferenciados para sua participação.

Nesse contexto, adaptações como a flexibilização dos registros escolares, o uso de materiais visuais, o caderno interativo e outras estratégias personalizadas mostram-se essenciais para promover acessibilidade cognitiva e comunicativa.

Outro aspecto central discutido foi o papel da tecnologia assistiva, especialmente aquelas de baixo custo e confeccionadas pelos próprios professores. Esses recursos, quando planejados de forma coerente com as necessidades dos alunos, tornam-se valiosos aliados no processo de ensino, ao favorecerem autonomia, interação e compreensão dos conteúdos.

A pesquisa reforça que a tecnologia assistiva não deve ser vista apenas como um conjunto de ferramentas, mas como parte de um projeto pedagógico que busca garantir o acesso ao currículo e a participação ativa de todos.

Além disso, a análise da literatura demonstra que o trabalho docente no contexto inclusivo exige formação contínua e sensibilidade para identificar barreiras à aprendizagem e adotar estratégias que as superem. As práticas pedagógicas efetivas são aquelas que reconhecem o aluno autista como protagonista de seu processo de aprendizagem, valorizando suas habilidades, ritmos e formas próprias de expressão.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva é um processo contínuo, que envolve compromisso ético, reflexão constante e práticas pedagógicas fundamentadas. A adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas acessíveis e o planejamento intencional se configuram como caminhos viáveis e

necessários para promover o desenvolvimento integral de alunos autistas nos anos iniciais.

Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das práticas docentes e incentive novas pesquisas que ampliem a discussão sobre inclusão, garantindo que a escola seja, de fato, um espaço para todos.

6. Referências Bibliográficas

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O Rezinho Autista**: Guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo: nVersos Editora, 2018.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, v. 2, n. 3, p. 11–23, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

PICCOLO, Gustavo Martins. Do pensamento autístico de Eugen Bleuler ao DSM-V: a construção epistemológica do autismo e a explosão de sua manifestação. Araraquara – SP, 8 abr. 2024. p. 8. Acesso em: 30 nov. 2025.

GARCIA, Stefanie. O que são níveis de suporte no TEA e como eles podem auxiliar no diagnóstico. Autismo e Realidade, 08 fev. 2024. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2024/02/08/o-que-sao-niveis-de-suporte-no-tea-e-como-eles-podem-auxiliar-no-diagnostico/>. Acesso em: 30 nov. 2025.